

# **Destinatários**:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

# 149 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 16 a 20/01/2023

1. SESSÃO PLEN	NÁRIA DO PE	1
	Alegações de corrupção no PE	1
	Guerra na Ucrânia: ação penal contra criminosos de guerra russos	2
	Eleição do novo Vice-Presidente do Parlamento Europeu	2
	Prioridades da Presidência sueca	2
	30 anos de Mercado Único da UE	2
	Apoio à Ucrânia e medidas para fazer face ao aumento dos preços	3
	Outros debates	3
2. FÓRUM ECO	NÓMICO MUNDIAL - UE: COMPETITIVIDADE E AJUDAS DE ESTADO	3
3. AGRESSÃO R	RUSSA NA UCRÂNIA - ENCONTRO DE RAMSTEIN	5
4. BREXIT		6
5. COMISSÃO E	EUROPEIA   MECANISMO PARA PROMOVER OS TALENTOS	6
6. COMISSÃO E	EUROPEIA   NOVO BAUHAUS EUROPEU - RELATÓRIO	7
7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE		7
	Eurogrupo	7
	Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)	8
8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA		8
	Parlamento Europeu	8
	Comissão Europeia	8
	Conselho da União Europeia	8

# 1. SESSÃO PLENÁRIA DO PE

### Alegações de corrupção no PE

Temos dado nota (cfr. Sínteses n.º 147 e 148), das investigações relacionadas com suspeitas de corrupção no Parlamento Europeu (PE), nomeadamente de Deputados, ex-Deputados, assistentes parlamentares, entre outras figuras. Em causa estará uma alegada atividade de corrupção e associação criminosa entre as autoridades de países terceiros (as alegações vindas a público referem-se ao Catar e, possivelmente, a Marrocos) e uma rede de Deputados, seus colaboradores e, possivelmente, outras figuras para influenciar as posições políticas e institucionais adotadas pelo PE relativamente a esse Estado.

Demos igualmente nota da proposta inicial da Presidente do PE para a reforma das regras de transparência e ética em vigor, intitulada *Reforço da integridade, independência e responsabilidade - primeiros passos*, que seria debatida ao nível da Conferência de Presidentes do PE (CoP, equivalente à Conferência de Líderes na AR). Este documento está disponível <u>aqui</u>, acompanhado da análise da *Transparency International*.

Esta semana ficou marcada por um desenvolvimento importante, dado que um dos principais implicados (o ex-Deputado ao PE Antonio Panzeri) terá assinado um memorando de cooperação com as autoridades belgas, no qual se dispõe a colaborar e a indicar os nomes de outros eventuais envolvidos. O detalhe está aqui.

Na sessão plenária do PE, realizou-se um <u>debate</u> sobre esta matéria (<u>vídeo completo</u>) para avaliar a situação, cerca de um mês após as suspeitas e acusações contra alguns Deputados terem surgido.

Ylva Johansson, em representação da Comissão Europeia, lamentou os "poucos que colocaram em risco o bom trabalho de tantos", considerando que mais transparência e responsabilização não são, por si só, suficientes para combater a corrupção, que tem de ser contrariada através de legislação forte. Neste âmbito, anunciou que a Comissão Europeia vai, em breve, apresentar uma nova lei para criminalizar todas as formas de corrupção, com definições e sanções unificadas em toda a UE e os instrumentos necessários para a polícia e os tribunais. Deu, ainda, nota do "pacote da defesa da democracia" que a Comissão deverá apresentar no segundo trimestre de 2023.

No debate, foram abordadas algumas propostas específicas sobre os próximos passos a dar:

- Criar uma comissão parlamentar dedicada ao assunto em questão, tendo em conta o contributo das duas comissões especiais para a interferência estrangeira (INGE e ING2);
- Tornar o Registo de Transparência da UE totalmente obrigatório;
- Criar um <u>organismo de ética independente</u> para as instituições da UE;
- Melhorar as regras relativas à denúncia de irregularidades;
- Melhorar a aplicação das regras existentes.

Note-se ainda que, em paralelo, a Presidente do PE propôs à CoP a criação de um grupo de trabalho para analisar a reforma parlamentar antes das eleições europeias de 2024, com o objetivo de criar um Parlamento mais moderno e eficiente. Esta proposta surge na sequência do **processo de reflexão interna sobre o funcionamento do Parlamento lançado pelo anterior Presidente do PE, David-Maria Sassoli,** intitulado *"Rethinking Parliamentary Democracy"*, de que oportunamente demos nota na Síntese n.º <u>85</u> (ponto 4).

O grupo de trabalho (mandato disponível <u>aqui</u>) concentrar-se-á no papel e procedimentos legislativos do Parlamento e procurará melhorar o seu papel e capacidade como braço da autoridade orçamental e

1

como autoridade de quitação. Além disso, o grupo de trabalho¹ deve refletir sobre o reforço da função de controlo do Parlamento, a sua abordagem às relações externas e a forma de prosseguir a reforma das sessões plenárias. O calendário deste grupo de trabalho deverá assegurar a implementação das propostas de reforma aprovadas para o início da próxima legislatura. O processo de reforma parlamentar acima descrito é separado e distinto das iniciativas lançadas para reforçar a integridade, independência e responsabilidade que foram consideradas na reunião da CoP de 12 de janeiro de 2023.

# Guerra na Ucrânia: ação penal contra criminosos de guerra russos

Numa resolução aprovada esta semana (472 votos a favor, 19 votos contra e 33 abstenções), os deputados do PE exigiram que os líderes políticos e militares russos fossem responsabilizados pelo crime de agressão contra a Ucrânia. Os deputados pediram ainda que a UE, em estreita cooperação com a Ucrânia e a comunidade internacional, insistisse na criação de um tribunal internacional especial para julgar a liderança política e militar da Rússia e os seus aliados, preenchendo o vazio na justiça penal internacional e complementando os esforços de investigação do TPI.

# Eleição do novo Vice-Presidente do Parlamento Europeu

Foi eleito esta semana, por voto secreto, o <u>novo Vice-Presidente do Parlamento Europeu, Marc Angel (S&D, Luxemburgo)</u>, por maioria dos votos expressos. Marc Angel substituirá assim Eva Kaili como quinto Vice-Presidente na Mesa do PE.

#### Prioridades da Presidência sueca

O primeiro-ministro sueco, Ulf Kristersson, debateu as <u>prioridades da Presidência sueca</u> com os deputados ao PE, referindo a segurança da Europa, o apoio à Ucrânia, a transição ecológica e competitividade como áreas de ação centrais, assim como a defesa dos valores fundamentais comuns da UE, dando nota que «Não é à corrupção e ao nepotismo que a Ucrânia, a Moldávia e outros países candidatos aspiram. (...) A democracia liberal - combinação de soberania popular e direitos individuais - é o que separa a UE de outras instituições internacionais». Os líderes dos grupos políticos concordaram com a maioria das áreas prioritárias. O <u>vídeo</u> do debate encontra-se disponível.

#### 30 anos de Mercado Único da UE

Após a <u>cerimónia</u> e o <u>debate</u> no início da sessão plenária, o PE adotou uma resolução sobre o <u>30.º</u> <u>aniversário do Mercado Único da UE</u> (537 votos a favor, 35 contra e 66 abstenções), que aponta os seus desafios mais prementes e recomendações. Refere assim a necessidade de um reforço e desenvolvimento do mercado único em áreas como os serviços, a energia, as telecomunicações ou o mercado único digital, a adaptação a novos desafios e o reforço das suas regras de forma efetiva, atempada e correta.

-

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> O grupo de trabalho proposto será presidido pela Presidente e incluirá dois membros do Grupo PPE, dois membros do Grupo S&D, dois membros do Grupo Renew Europe, um membro do Grupo dos Verdes/ALE, um membro do Grupo ID, um membro do Grupo ECR, um membro do Grupo da Esquerda e, *ex officio*, o Presidente da Conferência dos Presidentes das Comissões e o Presidente da Comissõo dos Assuntos Constitucionais. Outros titulares de cargos no Parlamento podem ser convidados a ser ouvidos em reuniões de grupos de trabalho numa base *ad hoc* (por exemplo, Vice-Presidentes, Presidentes de Comissões, o Presidente da Conferência dos Presidentes das Delegações).

### Apoio à Ucrânia e medidas para fazer face ao aumento dos preços

Os deputados debateram com o Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, e a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, a continuação do apoio à Ucrânia e uma resposta europeia comum à Lei de Redução da Inflação (IRA) dos EUA (vídeo do debate aqui). O Presidente do Conselho frisou que a UE deveria aumentar rapidamente a competitividade das empresas europeias para que estas possam competir com os EUA e a China, salientou a resposta coordenada da UE aos elevados preços da energia e a importância da reforma do mercado da eletricidade, das migrações e o reforço das sanções contra o Irão. Na mesma senda, a Presidente da Comissão Europeia deu nota das melhorias relativamente aos preços do gás e do seu armazenamento a 80% e apresentou o *Green Deal Industrial Plan* (cfr. ponto 2). Os deputados congratularam o apoio contínuo à posição da Ucrânia, assim como o plano de ação para indústria apresentado pela Comissão, entendendo necessária a criação de um fundo da UE para responder à lei americana já referida. Alguns deputados exigiram o aumento do apoio aos mais vulneráveis durante a crise causada pelo aumento dos preços e sugeriram uma melhor orientação dos subsídios da UE e mais investimento em investigação e desenvolvimento.

#### Outros debates

- Sanções contra o regime iraniano
- <u>Violação de direitos humanos no Brasil, Marrocos e Nagorno-Karabakh</u>
- Proteção de jogadores e crescimento do setor dos jogos de vídeo
- Posição do PE sobre transferência de resíduos

# 2. FÓRUM ECONÓMICO MUNDIAL - UE: COMPETITIVIDADE E AJUDAS DE ESTADO

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, discursou esta semana no Fórum Económico Mundial em Davos, tendo apresentado algumas das propostas de uma possível resposta europeia a iniciativas de países terceiros destinadas a apoiar investimentos produtivos na transição climática, nomeadamente o *Inflation Reduction Act* (IRA) adotado pelos EUA. A intervenção está disponível integralmente aqui (em vídeo) e aqui (o discurso).

Ursula von der Leyen referiu que "não é segredo que certos elementos do IRA suscitaram uma série de preocupações em termos de alguns dos incentivos direcionados para as empresas. É por isso que temos vindo a trabalhar com os EUA para encontrar soluções, por exemplo, para que as empresas da UE e os automóveis elétricos fabricados na UE possam também beneficiar do IRA. O nosso objetivo deve ser evitar perturbações no comércio e investimento transatlântico. Devemos trabalhar para assegurar que os nossos respectivos programas de incentivo sejam justos e se reforcem mutuamente. (...) No centro da visão comum está a nossa convição de que a concorrência e o comércio são a chave para acelerar a tecnologia limpa e a neutralidade climática. (...) Temos uma necessidade imperiosa de fazer esta transição net-zero sem criar novas dependências. E sabemos que as decisões de investimento futuras serão tomadas em função do que fizermos hoje.".

Deste modo, a Presidente da Comissão Europeia apresentou o chamado *Green Deal Industrial Plan*, o plano para fazer da Europa a casa da tecnologia limpa e da inovação industrial na transição para as emissões zero, assente em quatro pilares:

1. **Velocidade e acesso**: criar um ambiente regulador que permita escalar rapidamente e criar condições favoráveis para setores cruciais para alcançar os objetivos de emissões zero. Para tal,

será apresentada a nova *Lei da Indústria Net-Zero*, que identificará objetivos claros para a tecnologia limpa europeia até 2030, concentrando o investimento em projetos estratégicos ao longo de toda a cadeia de abastecimento. Analisaremos especialmente como simplificar e acelerar o licenciamento de novos locais de produção de tecnologias limpas.

- 2. Impulsionar o investimento e o financiamento da produção de tecnologias limpas, mantendo a indústria europeia atrativa e competitiva face às ofertas e incentivos que estão atualmente disponíveis fora da UE. Para tal, será proposta a adaptação temporária das regras em matéria de auxílios estatais para acelerar e simplificar. Porém, note-se que os auxílios de Estado serão apenas uma solução limitada que apenas alguns Estados-Membros poderão utilizar. Assim, e para evitar um efeito de fragmentação no mercado único e apoiar a transição das tecnologias limpas em toda a União, deverá também ser aumentado o financiamento da UE. A médio prazo, será preparado um *Fundo Europeu de Soberania* como parte da revisão intercalar do orçamento no final deste ano.
- 3. **Desenvolver as competências necessárias** para que a transição aconteça, no quadro do Ano Europeu de Competências.
- 4. Facilitar o comércio aberto e justo para benefício de todos, através de uma agenda comercial ambiciosa, inclusive aproveitando ao máximo os acordos comerciais, por exemplo, com o Canadá e Reino Unido, concluindo acordos com o México, Chile, Nova Zelândia e Austrália, fazendo progressos com a Índia e Indonésia, e reiniciando as conversações sobre o acordo do Mercosul.

O <u>Conselho Europeu especial</u>, que terá lugar a 9 e 10 de fevereiro, proporcionará aos líderes uma primeira oportunidade para debaterem estas ideias.

Note-se, porém, que o desafio de responder às medidas protecionistas e de estímulo adotadas por outro países coloca questões complexas ao nível dos Estados-Membros da UE, nomeadamente na busca do equilíbrio entre o normal funcionamento do mercado interno e a implementação de um regime de ajudas de Estado que mantenha a UE competitiva.

A Vice-Presidente Executiva da Comissão Europeia responsável pela política de concorrência, Margrethe Vestager, dirigiu uma carta aos Estados-Membros no início de janeiro (disponível aqui), onde alerta para o facto de que um aumento significativo dos subsídios coloca riscos de "fragmentação do mercado interno" e "prováveis corridas de subsídios prejudiciais com países terceiros e dentro da UE e possíveis efeitos negativos na coesão no seio da União Europeia" (notícia detalhada aqui).

De facto, têm surgido análises (e.g. esta, do *Politico*) que apontam no sentido de que as recentes derrogações ao regime de auxílios estatais da UE (*Temporary Crisis Framework*) tenham beneficiado largamente os maiores países, evidenciando que a Alemanha e a França seriam responsáveis por cerca de 80% dos subsídios concedidos neste contexto. A carta da Vice-Presidente Vestager parece confirmar estes números, ao referir que dos 672 mil milhões de euros em planos nacionais de subsídios aprovados por Bruxelas ao abrigo das regras de emergência, "53% dos auxílios estatais aprovados foram notificados pela Alemanha, enquanto a França representa cerca de 24%".

Por conseguinte, tal comporta riscos de fragmentação do mercado interno da UE, dado que - como assinala a Comissária - "Nem todos os Estados-Membros têm a mesma capacidade orçamental para os auxílios de Estado. Isso é um facto. E um risco para a integridade da Europa".

Esta diligência da Vice-Presidente da Comissão integra-se no exercício de consulta aos Estados-Membros sobre as alterações ao *Temporary Crisis Framework*, nomeadamente novas regras de subsídios que permitiriam à UE igualar os concedidos por outros Estados, nomeadamente "formas de impulsionar ainda mais o plano REPowerEU da UE, que é uma das nossas principais ferramentas de transição energética, e de criar um fundo colectivo europeu para apoiar os países de uma forma justa e igualitária".

O PE debateu esta matéria na sessão plenária desta semana (notícia <u>aqui</u>), expressando igualmente a sua <u>preocupação com a fragmentação do mercado interno</u>.

Finalmente, importa referir que o Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, deu nota, num artigo de opinião, de que "Devemos dar aos Estados-Membros uma maior margem de manobra na concessão de ajuda estatal às suas empresas, e analisar um potencial fundo soberano para investimento em projectos importantes". Este fundo, acrescentou, deveria financiar "projetos estrategicamente importantes em matéria de energia verde, tecnologia digital e defesa", defendendo que "o Banco Europeu de Investimento tem o mandato para ser a espinha dorsal de um tal projecto".

#### 3. AGRESSÃO RUSSA NA UCRÂNIA - ENCONTRO DE RAMSTEIN

No que diz respeito ao apoio militar que vários países, nomeadamente da UE, os EUA e o Reino Unido estão a conceder à Ucrânia nos seus esforços de defesa contra a agressão da Federação russa, teve lugar esta sexta-feira o segundo encontro na base militar alemã de Rammstein do chamado *Grupo de Contacto para apoio à Ucrânia* (detalhe do Departamento de Defesa americano sobre o tema aqui e programa aqui), que junta cerca de 50 países. O primeiro encontro em Ramstein, que deu origem a este Grupo de Contacto, teve lugar a <u>26 de abril</u>, apenas dois meses após o início da agressão russa.

Uma das principais questões que tem sido debatida é o envio de tanques de guerra para a Ucrânia, tendo os Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa ucranianos lançado um <u>apelo nesse sentido</u>, esta semana.



Como se pode ler, apela-se aos países que possuam tanques *Leopard*, de fabrico alemão, para os disponibilizarem no imediato. É esperado que, no encontro de Rammstein, seja intensificado o apelo (notícia <u>aqui</u>) à Alemanha para autorizar e participar neste envio, algo que, alegadamente, o Governo alemão apenas fará se os EUA disponibilizarem igualmente os seus tanques.

Sendo de fabrico alemão, a disponibilização destes tanques por outros países à Ucrânia carece da autorização do Governo de Berlim. Alguns aliados da NATO, como a Polónia, têm manifestado a sua intenção de os disponibilizar, apesar dessa condicionante.

No dia 19 de janeiro, onze Estados-Membros da NATO assumiram o compromisso de intensificar o seu apoio militar à Ucrânia (o detalhe país a país está disponível aqui, pela Reuters). Esses países são

Estónia, Reino Unido, Polónia, Letónia, Lituânia, Dinamarca, República Checa, Alemanha, Países Baixos, Eslováquia e Espanha.

Noutra nota, a biblioteca do Conselho da UE publicou uma atualização do trabalho dos *think-tanks* europeus sobre a invasão da Ucrânia, disponível <u>aqui</u>.

### 4. BREXIT

Demos nota na <u>síntese anterior</u> dos desenvolvimentos nas relações pós-Brexit entre a UE e o Reino Unido. Esta semana <u>o Vice-Presidente da Comissão Europeia</u>, <u>Maroš Šefčovič</u>, e o secretário britânico dos negócios estrangeiros, <u>James Cleverly, reuniram via videoconferência para debater os trabalhos no Protocolo da Irlanda/Irlanda do Norte</u>, desde a sua última reunião no dia 9 de janeiro. Foram discutidos os desafios dos últimos dois anos e a necessidade de encontrar soluções conjuntas para as preocupações das comunidades da Irlanda do Norte e para proteger tanto o lugar da Irlanda do Norte no mercado interno do Reino Unido como a integridade do mercado único da UE. Concordaram que este trabalho deveria continuar num espírito construtivo e de colaboração, tendo emitido uma declaração conjunta.

## 5. COMISSÃO EUROPEIA | MECANISMO PARA PROMOVER OS TALENTOS

A Comissão Europeia lançou o «<u>Mecanismo para promover talentos</u>», que ajudará as regiões da UE afetadas pelo declínio acelerado da sua população em idade ativa a formar, reter e atrair as pessoas, as aptidões e as competências necessárias para fazer face ao impacto da transição demográfica. Este mecanismo, apresentado numa comunicação intitulada <u>«Rentabilizar os talentos existentes nas regiões da Europa»</u>, é a primeira iniciativa-chave em 2023 que contribui para o <u>Ano Europeu das Competências</u>.

A Comissão publicou também o <u>relatório de 2023 sobre o impacto das alterações demográficas</u>, que atualiza o <u>Relatório Demográfico de 2020</u>, e que refere que, para garantir a prosperidade e o bem-estar futuros na UE, é crucial dar resposta aos desafios decorrentes da transição demográfica.

Tendo presente que a população em idade ativa diminuiu 3,5 milhões de pessoas entre 2015 e 2020 nos Estados-Membros da UE, e prevendo-se que venha a perder mais 35 milhões de pessoas até 2050, o novo mecanismo assentará em oito pilares:

- um novo projeto-piloto será lançado em 2023, para ajudar as regiões frente a uma estagnação de desenvolvimento de talentos a elaborar, consolidar, desenvolver e aplicar estratégias adaptadas e abrangentes, e para as ajudar a identificar projetos pertinentes, formar, atrair e reter trabalhadores qualificados;
- uma nova iniciativa sobre «Adaptação inteligente das regiões à transição demográfica» começará em 2023 para ajudar as regiões com níveis mais elevados de emigração dos jovens a adaptar-se à transição demográfica e a investir no desenvolvimento de talentos através de políticas de base local adaptadas;
- um I**nstrumento de Assistência Técnica (IAT)** apoiará os Estados-Membros, a pedido, no âmbito do convite à apresentação de propostas de IAT de 2023, com as reformas a nível nacional e regional necessárias;
- **programas da Política de Coesão** e <u>investimentos inter-regionais de inovação</u> estimularão a inovação e as oportunidades para empregos altamente qualificados;

- será lançado um novo convite à apresentação de ações inovadoras no âmbito da <u>Iniciativa</u>
  <u>Urbana Europeia</u>;
- as iniciativas da UE que apoiam o desenvolvimento de talentos serão assinaladas numa página web específica;
- proceder-se-á ao intercâmbio de experiências e serão divulgadas boas práticas;
- continuarão a ser desenvolvidos os conhecimentos analíticos necessários para apoiar e facilitar a conceção de políticas baseadas em dados concretos em matéria de desenvolvimento regional e migração.

A comunicação apresenta ainda a **forma como a Política de Coesão ajuda e continuará a ajudar as regiões a diversificar a sua economia**, a melhorar a acessibilidade aos serviços, a aumentar a eficiência da administração pública e a assegurar a participação dos órgãos de poder local e regional através de estratégias específicas de base local, bem como exemplos de iniciativas e boas práticas nacionais e regionais que abordam eficazmente os desafios estruturais num contexto local.

A secção de perguntas e respostas sobre o tema encontra-se disponível aqui.

# 6. COMISSÃO EUROPEIA | NOVO BAUHAUS EUROPEU - RELATÓRIO

A Comissão Europeia apresentou esta semana o <u>primeiro relatório intercalar sobre o Novo Bauhaus Europeu (NBE)</u>, que faz o balanço dos resultados alcançados nos dois primeiros anos da iniciativa, bem como o primeiro instrumento de avaliação do projeto do NBE: as <u>orientações para o NBE</u>.

O NBE criou uma vasta comunidade de organizações e de cidadãos em toda a Europa, cujo trabalho se articula em torno de uma visão comum que combina sustentabilidade, inclusão e estética, tendo evoluído para um movimento crescente nos Estados-Membros. Recorde-se que em 2022 entraram em funcionamento os primeiros seis demonstradores do NBE – projetos de transformação locais em grande escala replicáveis –, financiados ao abrigo do Horizonte Europa, e que em 2023 seguem-se mais dez. Refira-se ainda que todos os Estados-Membros incluíram referências ao Novo Bauhaus Europeu nos seus programas da política de coesão para 2021-2027.

## 7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

#### Eurogrupo

Nesta <u>reunião</u>, assinalando a adesão da Croácia ao euro, o ministro croata, a Comissão e o BCE prestaram informações atualizadas sobre a situação de passagem para o euro. Foi feito um balanço da evolução do projeto do euro digital e vias a seguir, tendo sido adotada uma declaração que resume os pontos de vista expressos e a continuação do envolvimento do Eurogrupo neste projeto, disponível <u>aqui</u>. Os ministros prosseguiram o seu exercício de coordenação em matéria de política orçamental, centrando-se nas medidas de apoio no domínio da energia, e debateram os aspetos da análise da governação económica relativos à área do euro, tais como o exercício dos projetos de planos orçamentais, a orientação orçamental da área do euro e a estabilização macroeconómica, assim como os projetos de recomendações sobre a política económica da área do euro em 2023, antes da sua aprovação no Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros).

### Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)

Foi apresentado o programa de trabalho da Presidência sueca para o primeiro semestre do ano em matéria de assuntos económicos e financeiros, trocados pontos de vista sobre o impacto económico e financeiro da guerra da Rússia contra a Ucrânia, com enfoque na implementação da assistência macrofinanceira da UE à Ucrânia, assim como iniciado o processo de monitorização económica dos Estados-Membros através do Semestre Europeu, tendo sido adotadas conclusões sobre o mecanismo de alerta, análise anual do crescimento e recomendação para a zona euro para 2023.

# 8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

### Parlamento Europeu

Na próxima semana os trabalhos no Parlamento Europeu serão dedicados às atividades das comissões parlamentares e à mini-sessão plenária em Bruxelas, destacando-se a cerimónia sobre o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, com a presença do Presidente de Israel, Isaac Herzog. No âmbito das comissões, destaca-se o debate sobre os recentes casos de interferência estrangeira no Parlamento Europeu e sobre as regras de transparência da propaganda política.

### Comissão Europeia

A <u>próxima reunião</u> do Colégio será no dia <u>25 de janeiro</u>, tendo como pontos da agenda o *Reforço do diálogo social: comunicação sobre o reforço do diálogo social na UE e recomendação do Conselho para apoio ao diálogo social a nível nacional e da UE.* 

### Conselho da União Europeia

O calendário completo está disponível, destacando-se:

- 23.01: Conselho dos Negócios Estrangeiros
- 26.01: Reunião informal dos ministros da Justiça e Assuntos Internos

Bruxelas | 20 de janeiro de 2023

Para mais informações: <u>Catarina Ribeiro Lopes</u>, Representante Permanente da AR junto da UE e <u>Bruno Dias Pinheiro</u>, Membro Permanente do Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores aqui (ARNet) ou aqui.